

SÃO BENTO, UM EDÍFICIO EM MUTAÇÃO CONTÍNUA

Augusto Pereira Brandão

Director do Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Artes da
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

A ordem de S. Bento foi uma das primeiras ordens monásticas a penetrar no solo português, mesmo antes da criação de Portugal.

Pelas terras ásperas do Norte, no meio de vales, nos penhascos lamaços das serras, seguindo a cultura castreja da época, estabelecendo-se junto a aprazíveis ribeiras, os monges de S. Bento, iniciaram-se em Portugal, antes dos seus reis. Com seu consenso, a religião do venerável patriarca São Bento, teve entrada neste Reyno, “ainda em vida do mesmo Santo fundador e logo se foram multiplicando tantos conventos que nenhuma religião contou tantos em Portugal, quantos da Sagrada Família de S. Bento”, diz Pires de Lima na História dos Mosteiros de Lisboa.

Acompanhando a corte e os reis por todo o país, só muito tarde, tiveram morada permanente em Lisboa. Data dos fins do século XVI o seu aparecimento em Lisboa, primeiro no Conventinho da Estrela e logo a seguir no lugar da encosta da Cotovia, antiga quinta de Luís Henriques e Antão Martines. Aqui a Ordem pretendeu maravilhar aquelas terras, cume de todo o mundo e capital de desvairadas gentes.

Chamou-se um dos grandes nomes da arquitectura portuguesa do século XVII – Baltazar Alvares – para fazer o arco do imenso imóvel que se queria maior que S. Francisco da Cidade.

Baltazar Alvares acabara a construção de S. Antão o Novo.

Vinha cheio de ideias rigorosas da Contra-Reforma e logo que lhe foi dada a possibilidade de pensar em S. Bento, pensou em grande, imaginou uma imensa mole de cantaria envolvendo quatro claustros; uma igreja central de enormes proporções, uma clausura que pudesse conter mais de cem monges.

O seu sonho de grandeza (não esquecer que o arquitecto real era ajudada pelo Beneditino Frei Pedro Quaresma e pela própria Ordem), e queria ultrapassar em grandeza, nesta construção, todas as outras que existem neste Mundo.

As riquezas da Ordem, que não eram poucas, foram postas à ordem de Baltazar Alvares. Assim e segundo Joaquim Leitão, Baltazar Alvares, irmão de Afonso Alvares também arquitecto, empregou todos os seus esforços para tornar digno dos Beneditinos portugueses e do seu nome, o novo edifício do Mosteiro de S. Bento. Por seu lado, os monges puseram à disposição do famoso arquitecto todas as riquezas da Ordem.

O Convento iniciou-se com rapidez. Os primeiros vinte anos foram de um fervor construtivo enorme. Centenas de operários trabalharam nas fundações, sempre difíceis de executar num terreno tão inclinado e encharcado como aquele. Fornos de cal foram feitos expressamente para acorrerem as necessidades da edificação. E o edifício seguia célere, pelas mãos condutoras do arquitecto da Casa Real e do nosso frade beneditino. O troço concluía-se. Começa a fechar-se o contorno do grande edifício, dois claustros estavam prontos.

A obra não só andou rápida como maravilhava Lisboa.

Como Agostinho dos Santos Maia afirmava, espantado com a obra que via erguer-se, “o Convento de S. Bento o Novo hé tão magnífico, que

não só em Portugal há coisa que o iguale, mas em toda a Hespanha poderá haver fabrica mayor, nem melhor. Grande hé a obra do Escorial; mas esta quando estiver acabada, entendo que a excederá. E é muito para sentir, que pondo-a aquela muito ilustre Religião em tão bons termos sem ajuda de nenhum príncipe a não acabasse, principalmente o seu sumptuosíssimo Templo."

A Ordem iniciava a mudança do pequeno Convento da Estrela, cujos crentes lhes chamavam de «ventoso», para o Convento da Cidade. A azafama era enorme. Centenas de pessoas movimentavam-se entre os dois pólos. Quando um enorme incêndio deflagrou no Convento de S. Bento dos Negros. Durante dias e dias as chamas consumiram o que era de consumir - sobrados, pedras, entulho, armas etc... O Convento parecia uma ruína. Um historiador assim nos diz "Pelos anos de 1704 ou 1707 ardeu o dormitório do lado norte, e o incêndio a custo se evitou que passasse à frontaria".

O susto fora enorme. As perdas tremendas.

O século XVIII começava mal para o Monumento que se queria como um dos maiores de Lisboa, pois após este incêndio, vem sobre S. Bento e Lisboa um temporal que tudo parece querer subterrizar. Parecia que Deus e os Homens conjugavam esforços para não permitir que a sua própria palavra se espalhasse em Lisboa.

D. João V ajuda os monges de S. Bento. Ele não poderia ter uma ruína num local em que as diversas Ordens Religiosas ombreavam em orgulho com as suas cabeças de Portugal.

A reconstrução fez-se rápida.

Morre D. João V e num dia de 1755 a Baixa é destruída. O Novo Convento é abalado, mas poucos estragos teve. Toda estrutura religiosa do reino é abalada. A Patriarcal é destruída. Dezenas de Igrejas são esmagadas e sacudidas pela mão gigantesca das forças que sobre Portugal caíam nesse ano.

Poucas foram as grandes casas e igrejas que ficaram em pé. Na corte, os padres exigiam, a ocupação do Convento de S. Bento para albergar a Sé Patriarcal. Presenciou-se a uma enorme luta de interesses. Do outro lado da cidade, parte do Castelo de S. Jorge era uma imensa ruína. A torre onde estava o Tombo apresentava grandes defeitos construtivos. Era imperativo guardar toda a documentação que consagrava a existência de Portugal. Entre ocupar o Convento de S. Bento, com a fé, ou com a Torre do Tombo, deu-se preferência ao Tombo. Assim é que desde cedo se concluiu que era mais urgente preservar a história documentada de Portugal. Assim é que desde 1757 a Torre do Tombo se encontra (até há cerca de 10 anos) incorporada no Convento de S. Bento, como se pode ver no "Mapas de toda a renda anual do Mosteiro de S. Bento da grande Lisboa" feito em 1796.

Mas o terramoto trouxe mais altos dolorosos para a vida dos Beneditinos em S. Bento. Um, foi a necessidade de aquartelar o exército vindo da província para evitar pilhagens, e outro foi a existência de grande número de lisboetas sem casas.

Lisboa, como se pode compreender era, nesse momento e, foi-o durante muitos anos, uma capital de desalojados.

Ora os monges, homens perspicazes abriram as suas cercas, alojando e aforando terras a essa população ávida de morada.

Foi o início do povoamento do Alto da Cotovia.

O segundo caso, era um caso de segurança colectivo, segurança que afectava os próprios abades e monges. Estes tinham todo o interesse em ceder provisoriamente parte do Convento, ao exército e assim o fizeram.

Por último e só durante pouco tempo, ali esteve instalado o que hoje se chamaria o Gabinete de Recuperação Estratégica de Lisboa. Isto é, o Gabinete de Engenharia e Planeamento da nova Lisboa.

O corpo da Igreja mantinha-se orgulhoso e digno. Era um espaço gigantesco podendo acomodar mais de 1000 fiéis com cinco Capelas de cada lado da nave central. Na Capela central uma imagem de S. Bento benzia todo o esforço religioso.

O tecto, apesar de todos estes acidentes, mantinha-se profusamente pintado, segundo dizem as crónicas, assim como as paredes laterais, tudo decorado com quadros alegóricos da vida de S. Bento

A construção era das mais grandiosas da Capital Lisboa e seguia as grandes linhas, as estruturas construtivas e decorativas dos outros grandes Conventos Beneditinos, tais como Tibães e S. Tiago em Cabeceiras de Bastos.

Temos uma descrição feita por Frei Leão de S. Tomaz sobre o que era a grandeza do convento nessa época. Diz ele: — *"A traça era quadrangular, com quatro claustros e igreja no meio com uma só nave, com suas Capelas às ilhargas, o frontispício mui majestoso e de uma e outra parte, torres alterosas. O que está feito é uma frechada para o nascente, e para a Cidade e outra para o Norte com seus dormitórios muy largos e compridos, altos e baixos com suas celas muy perfeitas, muy bem acabados e forrados. Há mais dois claustros hum para as oficinas da parte norte com o seu chafariz de água, e com outras muitas casas de consideração, para baixo dele, fica ainda outros dormitório com suas cellas que podem servir aos familiares a casa e tão boas as tomara qualquer Convento mais pobre. Da mesma parte norte fica a barbaria, a cozinha, as adegas de vinho e azeite, caso do forno, todas as oficinas reays, com outras a que não sabemos o nome..."* Outro cronista de S. Bento, faz-nos uma descrição completa e em linguagem mais compreensível, diz ele *"o frontispício da igreja está ainda agora igual, há maior parte da obra da frontaria; mas logo se levantará com duas torres que havia de ter, conforme no desenho com que se começou. Seria sem dúvida uma obra magnífica, e que acrescentaria muito à majestosa frontaria. Porque além das novas janelas que ficam a cada lado do frontispício da Igreja, se vêem por baixo dellas outros dois andares de janellas iguais às de cima, que são grandes, e todas guarnecidas de pedrarias, com o que vem ficar com três andares de janelas iguais, que acompanham o frontispício, fazendo tudo um objecto majestoso e mui agradável aos*

São Bento, um Edifício...

olhos que n'elles se empregam, dando facilmente a entender, para os que vêem de fora, que não pode deixar de ser grandioso o que se esconde no interior do convento."

O espanto da cidade era enorme, já se comparava S. Bento com o Escorial. "Grande é a obra do Escorial; mas esta quando estiver acabada, entendo que o excederá".

Mas se os velhos frades julgavam que podiam descansar depois de tanto tormento estavam completamente enganados, pois já em 1822 passavam para Tibães, voltando novamente para Lisboa em 1823, sendo definitivamente expulsos por decreto de 8 de Maio de 1834, pela extinção de todas as Ordens Religiosas de todo o reino.

É curioso e estranho verificar que os velhos monges de S. Bento, após a sua primeira saída de S. Bento em 1822, voltam para Lisboa e para o Convento em 1823, e segundo Gonzaga Pereira, cheios de sonhos de inovação e obras. Só assim se explica que mestre José Vicente – tomasse de empreitada a obra da Capela N. Sr.^a da Saúde, pela importância de 525\$000 reais metálicos.

A vida até 1833 é cheia de acidentes, mas nada fazia pensar aos bons monges sobre o que lhes iria suceder e do que estava guardado para a sua casa tão amorosamente feita e refeita durante séculos.

Joaquim Leitão na sua Obra Prima sobre a longa vida desta casa conta-nos esta fase da vida do edifício de S. Bento.

"Extintas as ordens religiosas, acharam-se os frades de S. Bento despojados do que poderia restar-lhes de um aparente senhorio.

Foi a terremotada geral. Edifícios, recheios e livros tudo foi confiscado. Um sismo, efectivamente, não faria mais estragos. Nos conventos, instalaram-se os reis e a soldadesca.

Quando o Constitucionalismo quis montar a sua máquina legislativa, ainda se pensou no Convento de Nossa Senhora das Necessidades, construído por voto de D. João V, que doara aos Padres da Congregação do Oratório de S. Filipe Nery, e onde os vintistas funcionaram com o seu Soberano Congresso. Mas a Rainha D. Maria II escolhera-o para seu Paço. Depois, chegou a determinar-se, por diploma legal, a integração do Mosteiro de S. Vicente de Fora para a sede do Parlamento. Estava, porém, escrito que o já sacrificado convento de N. Sr.^a da Saúde fosse a vítima. Assim o quis e assim se fez segundo a portaria de 6 de Setembro de 1833, do Ministério do Reino. Menos de uma semana depois, 12 de Setembro, outra portaria do mesmo Ministério notificava ao arquivista e sub-inspector do Palácio da Câmara dos Deputados João Vicente Pimentelas providências tomadas pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça para que, sem perda de tempo, se pudessem instalar nele as Câmaras. Ferviam as portarias, só a 27 de Setembro duas. Uma do Ministério do Reino providenciando efectivamente o fim a dar às instalações para o que se comunicava ao referido arquivista que seria aumentado o número de operários da obra no Mosteiro de S. Bento - cujos bens e móveis abandonados inventariaria e arrecadara, e que se ia remover o Depósito Militar, instalado na parte inferior do edifí-

cio, conforme ele requerer na véspera. A outra portaria é da «Junta do Exame ao Estado Actual, e Melhoramento temporal das Ordens Regulares, Encarregada da Reforma Geral Eclesiástica», e requisita uma relação dos móveis do convento de S. Bento de que se entendesse precisar. Eram providências diárias. Em 17 de Outubro uma portaria estabelecia que Pimentel Maldonado declarasse se fôra ou não cumprida a ordem de se aumentar o pessoal operário, para intensificar as obras das duas Câmaras, e outra do Sub-Inspector da Câmara dos Deputados a comunicar-lhe que estavam dadas as providências relativas às obras por ele solicitadas. No dia seguinte, o Ministério do Reino expedia mais uma portaria para participar ao Sub-Inspector que podia e devia habitar uma parte do edifício."

Simultaneamente, davam-se instruções para ingressar no Ex-Convento, o mobiliário e adornos encontrados no Real Tesouro do Paço das Necessidades pertencentes às Câmaras Legislativas bem como alguns objectos existentes na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e, expediam-se ordens para ser retirado do edifício do mosteiro de S. Bento, tudo o que quanto para ali fora mandado pelos delegados da Junta de Melhoramento Temporal das Ordens Regulares e pelo corregedor do Bairro do Rocio.

Evitar-se-iam estes contratempos se a fúria das confiscações não se houvesse arrolado e levado para outros locais tudo quanto ao Mosteiro pertencia. Se a onda não varresse às cegas o património das congregações, quanta riqueza não se acharia ainda hoje naquelas perturbadas paredes! Pelo menos a biblioteca teria ficado intacta e não seria preciso trazer às pazadas os volumes que vieram do Depósito das Livrarias, como ao depósito das alfaías se foi buscar algum recheio. Dessa origem provêm os cinco tinteiros de prata, na posse da Assembleia Nacional, cuja marca «in Hoc signo vinces», de volta do oval, que emoldura a cruz, gravada na bandeja, nos copos para tinta nos areiros, o que recorda bem o seu antigo proprietário – O Tribunal do Santo Officio.

Enfim... os frades viram que do seu antigo Mosteiro nem o nome se estava disposto a respeitar!

D. Pedro tinha pressa de ver o Parlamento a funcionar. Mas no quadro da engenharia das Obras Públicas, nesse tempo, não se trabalhava depressa. E o Rei-Imperador encolerizou-se com a lentidão e entregou as obras de adaptação ao Architecto Possidónio Narciso da Silva. «A obra era um tanto difícil, por isso "era necessário construir salas próprias ao fim a que eram destinadas o com condições acústicas", de cuja insuficiência ainda hoje se ressentem nesta casa».

Foi resolvido instalar a Câmara dos Pares na antiga Biblioteca dos Frades. A Câmara dos Deputados houve que construí-la, e o local escolhido foi o sítio onde em tempo se começara um claustro.

Apesar de ter respondido ao Imperador que não podia fazer impossíveis e, perante a declaração de Sua majestade de que estava comprometido a abrir as Cortes no dia 15 de Agosto próximo, o architecto encheu-se de coragem e deitou mãos à obra.

As intrigas, as cascas de laranja, os maus presságios de que a obra não estaria pronta para essa data, levariam algumas páginas a contar. A última foi esta – na véspera da abertura das Cortes, um político célebre pediu licença para ver a sala grande da Câmara. O arquitecto proibira a entrada, mas perante a categoria da pessoa franqueou-lhe a visita. Depois de elogiar os trabalhos, o visitante fez o seu reparo:

– o trono só com uma cadeira! São duas. Veja se emenda o erro, que é capital.

Possidónio da Silva, ficou para morrer; tinha mandado fazer só uma cadeira dourada e com lavores, em harmonia com o resto da ornamentação da sala, e não havia tempo para se fazer outra cadeira igual!

Abalou aflitíssimo para o Paço, para falar com o Imperador: – É impossível – responde o camarista – porque Sua Majestade já foi para os seus aposentos e até sei que está deitado. – É o mesmo – replicou Possidónio – é, indispensável que eu lhe fale acerca de um caso urgente, e por isso lhe peço que faça saber a Sua a Majestade que estou aqui.

Pouco depois vinha ordem para Possidónio entrar. O Imperador estava, com efeito deitado, e ditava uma carta à Imperatriz, que a escrevia em uma secretária colocada próximo da cama.

- Então o que temos? A esta hora e com esta pressa, o caso é grave!
- O arquitecto expôs o que se passara.
- Deixa-os falar. Fizeste bem em pôr só uma cadeira, porque uma só é que deve ser
- Nisto, a Imperatriz perguntou a Possidónio se lhe tinha sido enviado bilhetes para as tribunas para ela, sua família e para os seus amigos.
- Nem um único! respondeu o arquitecto.
- Tem graça! interveio o Imperador. Então tu fazes em menos de dois meses uma sala para os Deputados, o Governo sabe isso e nem um bilhete te remete para tu assistires à abertura dessa sala?
- A Imperatriz deu-lhe um bilhete, dizendo:
- É o único que me resta e sinto não ter muitos mais para lh'os dar, porque todos vocês mereciam.

O Visconde de Telheiras, oficial às ordens do protocolo, tinha-se esquecido de enviar convites ao Arquitecto, aos mestres, aos contramestres e oficiais, mas não deixara de contemplar, com convites, os archeiros!

E na data precisa, 15 de Agosto, foram as cortes solenemente inauguradas.

Quando o Imperador entrou na Sala das Sessões, e a viu cheia de luz, elegante, bem decorada, excedendo em muito a expectativa, não se conteve e exclamou:

– Isto excede tudo quanto eu havia imaginado! em menos de dois meses não se podia fazer nem mais, nem melhor!

Ao chegar o Imperador ao Paço, de regresso das Cortes, encontrou Possidónio na sala branca das Necessidades, com a natural curiosidade

pessoal para saber a impressão que Sua Majestade teria da sua obra: E afirma,

- Releve-me Vossa Majestade qualquer falta. Em 52 dias não me foi possível fazer mais do que fiz.
- Nem mais, nem melhor, já eu disse, – respondeu o Imperador; – e, voltando-se para o seu médico, o Dr. Tavares, e que o seguia, tirou-lhe da casaca o colar da Torre e Espada, pô-la ao peito do notável arquitecto, abraçando-o e dizendo-lhe comovido:
- Bem a ganhaste, bem a ganhaste!»

Gabriel Pereira ao transcrever do «Diário Oficial» n.º 142 de 19 de Junho de 1837, uma condicionada apreciação oficial da construção da Câmara dos Deputados declarava que esses juízos não eram de admitir. “Tudo estava tão desfigurado que ninguém reconhecia nas salas das comissões parlamentares as celas dos frades. E para que nada faltasse à sacrílega invasão, ao Francês Calmels foi facultada a Igreja para sua oficina de escultor. O que era imóvel profanava-se; os bens móveis levavam-se para onde adregava de convir. Assim foram levando pinturas, altares, retábulos, balaustres, guarnições e quadros uns que, por concessão da Rainha D. Maria II, foram adornar a Igreja de Santa Isabel, outros cedidos à Irmandade de Santo António. E até levaram os sinos não obstante a oposição do Inspector Geral do Palácio das Cortes, deixando-se-lhe apenas os sinos do Relógio da Torre.”

Por sua vez o Palácio das Cortes continuava a sofrer a invasão das funções diferenciadas infligidas ao Mosteiro. A Torre do Tombo encontrava-se da ala fronteira à Calçada da Estrela, para o lado da Rua de S. Bento, mas passando de inquilino a usufrutuário. E como já nada havia a transportar e doar a outras irmandades, os preciosos azulejos, que representam a vida de S. Bento que tão bem estariam hoje no Museu-Histórico da Assembleia Nacional, foram entaipados com estantes.

A Direcção Geral dos Serviços Geodésicos, sim, teve e cumpriu mandado de despejo; mas as salas foram entregues ao Arquivo Nacional.

E o Palácio das Cortes lá ia sofrendo o seu fadário das obras adoptivas que duraram mais de um século. Os pares do Reino tanto reclamaram que lhes construíram nova sala para as sessões, inaugurada em 3 de Janeiro de 1867, semicircular, com o tecto assente em vinte e duas elegantes colunas de mármore nacional, recebendo luz por uma clarabóia de vidro foscado, tendo ao centro o Brasão de Portugal. Lembra, para melhor, a Sala de Sessões do Senado Francês. Com pavimento marchetado de carvalho do norte e pau santo amarelo com duas ordens de galerias e duas tribunas, uma delas reservada ao Corpo Diplomático, a sala estava bela e nela trabalhou o célebre escultor Leandro Braga, que em 1870 requereu o pagamento, de entre outros serviços, da execução do grupo de madeira, desenhado por Camels, e que fazia de docel ao retrato do Rei, mais tarde substituído por uma alegoria de Carlos Reis.

São Bento, um Edifício...

O regente morria, Possidónio da Silva, qual diabo à solta, fez projectos atrás de projectos; dirige uma multidão de trabalhadores, consulta o rei moribundo; até que, 2 meses depois, em 15 de Agosto de 1834, reúnem-se não em S. Vicente mas em S. Bento a Comarca dos Pares dos Reino. Nunca mais os frades de S. Bento iriam habitar na sua velha casa.

Dá em diante, agora já sem projecto global, as obras continuam. Todo o século XIX viu obras, viu adaptações sucessivas, viu continuar alterações construtivas de alterações construtivas. Parecia existir em Lisboa mais uma nova Engrácia, até que 1866, Marquês de Nisa lança mão a um programa coerente e surge a Câmara dos Pares, na zona do edifício que abre sobre a Calçada da Estrela. Parecia pois que tudo se encaminhava para um bom fim, – eis que em 1895, mais precisamente em 17 de junho, novo incêndio se activou. Obras feitas rapidamente desapareceram e a Câmara passa a funcionar propriamente na Academia das Ciências.

Dá-se nessa altura um facto importante na vida cultural do país – regressa de Paris o Arquitecto Ventura Terra, aureolado por esta estadia, reconhecido como um dos expoentes da Arquitectura portuguesa dos primeiros 28 anos, do nosso século, foi-lhe confiada a execução do projecto dos programas executados pelo Marquês de Nisa e seus colaboradores.

Joaquim Leitão, na obra tão citada por nos, comenta esta fase das obras de S. Bento: “O arquitecto que depois trabalhou no Palácio das Cortes foi bem mais feliz. Chama-se Ventura Terra o autor do projecto da nova e actual Câmara dos Deputados, construído após o incêndio de 1895, que destruiu a de Possidónio, Ventura deve a João Franco, que o animou a apresentar-se a esse concurso, o ter alcançado o 1.º prémio, em segundo concurso, depois de anulado o primeiro. Com Ventura Terra trabalharam João Couto e Marques da Silva que deve considerar-se o continuador. Outros arquitectos ficaram ligados às obras das Cortes: Carlos Andrade, Leonel Gaia, Jorge Segurado, Frederico de Carvalho, Eugénio Correia e Cristino da Silva. À mestranga de Ventura Terra se deve o anteprojecto dos lances da escadaria nobre.

E duas gerações de escultores deixaram, neste Paço das Leis, marcando a sua garra; no frontão, Simões de Almeida Sobrinho, nas sobreportas da escadaria nobre, o mestre Leopoldo d’Almeida, nos dispendáveis leões dos «Passos Perdidos», José Neto; na Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, os grupos escultóricos por cima da Presidência e da tribuna esquerda, são do Mestre Teixeira Lopes; o da tribuna da direita é de Moreira Rato.

As seis estátuas que a meia altura do hemiciclo decoram a sala são: a «Constituição» e a «Justiça» de Simões de Almeida sobrinho; a «Diplomacia», de Maximiano Alves; a «Lei», de Francisco Santos; a «Jurisprudência», de Costa Mota-Tio, e a «Eloquência», de Júlio Vaz Júnior.

Para que a Câmara dos Deputados fosse um pequeno Museu, não faltaram os pintores. A luneta que encima a parede da entrada, é do

Mestre Veloso Salgado, e representa as Constituintes de 1821, que funcionaram no Palácio das Necessidades, na sala da Livraria do Convento; as figuras são retratos «à clef» de cinquenta vintistas; a tela foca uma sessão presidida pelo arcebispo da Baía, Fr. Vicente da Soledade, no momento em que usa da palavra o vibrante Fernandes Tomás.

Falta nessa sala, a estátua de El-rei D. Carlos, obra de Teixeira Lopes, a qual recolheu-se no Museu Histórico-Bibliográfico e sem favor se deve considerar como um dos melhores senão o melhor trabalho do estatuario escultor de Gaia.

A cor geral funde-se docemente em quatro tons, - o acastanhado claro das madeiras, o oiro dos capitéis, o cor de rosa e o branco dos mármore portugueses em que se acha primorosamente lavrada toda a arquitectura do monumento»

“Aos empurrões lentos, quasi paradas, há dez anos decididamente activas as obras lá foram consumindo a adaptação de um magnifico monumento do século XVI, para o Palácio que se chamou Palácio das Cortes, do Congresso da República, e em 1935 Palácio da Assembleia Nacional, parte passou a Assembleia da Republica (1973) hoje embelezado e dignificado, quasi sumptuosamente, mas a que a tradição de outrora e a verdade instintivamente, de cada um chama o palácio de S. Bento, em merecida memória dos desapossados Beneditinos.”

Ventura Terra morre em 1919, durante o lentissimo decorrer dessas obras, tendo deixado os trabalhos praticamente detidos ao fim de um arranque inicial, marcado em 1902, pela inauguração da sala da Câmara dos Deputados, ainda então por decorar. A própria fachada principal, sem o corpo saliente, só entre 1917 e 1921 foi concluída – e o todo, só teve fim nos anos de 1940, depois de uma nova campanha de obras, iniciada em 1933.

Ventura Terra soube aproveitar a vasta construção conventual como base de um edificio importante, imprimindo grandeza às longas fachadas, definindo os seus volumes exteriores e interiores com uma sobriedade clássica que se traduz na decoração architectónica. Entre a Sala da Câmara dos Pares (Senado da Primeira República o Câmara Corporativa desde 1929, devida ao Francês Colson, em 1867, e a dos Deputados, devida a Ventura Terra, há uma diferença considerável que não é só de dimensões e de gosto espacial, mas de consciência (da relação espaço – decoração) ou dos valores do espaço cenográfico que, para o arquitecto português, se resolvem numa integração mais funcional e dentro de uma experiência visual do espaço a que logo obedecem os coroamentos escultóricos das tribunas de honra, grupos de nus academizantes devidos a Teixeira Lopes e Moreira Rato. Essa experiência exprime-se igualmente na escadaria nobre (projecto pormenorizado finalmente por António Lino., 1936). Na Galeria dos Passos Perdidos, no grande vestibulo interior, traçado sobre parte da área da Igreja conventual, e no próprio segundo átrio, que se conforma ao que fora do convento e dá passagem ao claustro reconstruído, tudo joga num jogo sensível de proporções, em espaços que se articulam harmónicamente

segundo boas lições ainda seiscentistas. A decoração pictórica e escultórica de Columbano, João Vaz, Salgado, Teixeira Lopes e outros, faz o possível por se resguardar com o programa estético de Ventura Terra, sujeitando-se a um envelhecimento "oficial" a que a arquitectura escapa.

Salazar sobe ao poder, quer mostrar ao Mundo e só a ele, que admira o parlamentarismo. A Assembleia da República passa a Nacional e outra vez pelos anos 40 um enorme projecto de integração urbana e de reafirmação plástica da Assembleia surge no panorama artístico lisboeta.

São inúmeros os arquitectos, pintores e escultores a trabalharem no edifício da Assembleia. Nomes como Cristino da Silva, António Lino, Eugénio Correia, Frederico de Carvalho e muitos e muitos outros tratam de terminar e enquadrar o enorme casarão no complexo urbano envolvente.

São tratados os jardins, esculpem-se inúmeras estátuas, é executada a enorme escadaria fronteira,

O edifício e a cidade reencontram-se depois de anos de separação e de obras inconclusivas.

Com o 25 de Abril um novo período da vida do edifício se inicia. Novos planos são executados e novos estudos são planeados.

Durante as directorias de Victor Crespo e o de Almeida Santos executam-se concursos para novas ampliações que, hoje em dia estão em profundo desenvolvimento.

Ao velho edifício de S. Bento juntam-se novas construções e um novo marco urbano está a surgir.

É o momento do presente, traduzindo a nova força da nova democracia.